



SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 7

Justiça e Defesa

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial CNU (Bloco Temático 7)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 7 - Justiça e Defesa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iMK1m9WDbXaLzVzEA>

| | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 16 - ABCDE | 31 - ABCDE | 46 - ABCDE | 61 - ABCDE | 76 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 17 - ABCDE | 32 - ABCDE | 47 - ABCDE | 62 - ABCDE | 77 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 18 - ABCDE | 33 - ABCDE | 48 - ABCDE | 63 - ABCDE | 78 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 19 - ABCDE | 34 - ABCDE | 49 - ABCDE | 64 - ABCDE | 79 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 20 - ABCDE | 35 - ABCDE | 50 - ABCDE | 65 - ABCDE | 80 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 21 - ABCDE | 36 - ABCDE | 51 - ABCDE | 66 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 22 - ABCDE | 37 - ABCDE | 52 - ABCDE | 67 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 23 - ABCDE | 38 - ABCDE | 53 - ABCDE | 68 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 24 - ABCDE | 39 - ABCDE | 54 - ABCDE | 69 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 25 - ABCDE | 40 - ABCDE | 55 - ABCDE | 70 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 26 - ABCDE | 41 - ABCDE | 56 - ABCDE | 71 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 27 - ABCDE | 42 - ABCDE | 57 - ABCDE | 72 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 28 - ABCDE | 43 - ABCDE | 58 - ABCDE | 73 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 29 - ABCDE | 44 - ABCDE | 59 - ABCDE | 74 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 30 - ABCDE | 45 - ABCDE | 60 - ABCDE | 75 - ABCDE | 90 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/3SCx>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***João Trindade*

1. Acerca da governabilidade e da relação entre os Poderes, julgue os itens a seguir:

I – O Presidente da República pode exercer o poder de veto, inerente ao sistema de freios e contrapesos, em relação aos projetos de lei e às propostas de emenda constitucional.

II – No presidencialismo de coalizão, uma das formas tradicionais de o Chefe do Executivo buscar apoio político no Congresso Nacional é a partilha de ministérios com a base aliada.

III – Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se um progressivo enfraquecimento do papel do Legislativo no equilíbrio de forças, especialmente por conta da redução da atuação desse poder no direcionamento de recursos orçamentários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra Lopes*

3. “A capacidade estatal de implementar políticas públicas não se limita à eficiência técnica da burocracia, mas depende da forma como os arranjos institucionais articulam atores estatais e sociais, promovendo legitimidade, deliberação e adaptação ao ambiente democrático.”

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

Com base nessa perspectiva, um exemplo de arranjo institucional com alta capacidade política é aquele que:

- a) Opera por meio de expertise técnica isolada, sem conexão com demandas externas.
- b) Contém mecanismos de escuta, deliberação e participação, mesmo com limitações de infraestrutura ou pessoal.
- c) Está restrito ao ciclo orçamentário federal e à lógica de execução verticalizada.
- d) Funciona com foco exclusivo em metas de desempenho e produtividade interna.
- e) Evita interferência de atores sociais e se baseia na autonomia decisória dos órgãos de controle.

4. Os conselhos gestores de políticas públicas emergem como uma forma institucionalizada de participação social na gestão estatal, representando uma inovação democrática ao permitir que segmentos da sociedade civil organizada exerçam controle e influência sobre a formulação e a implementação de políticas. Seu valor político não está na neutralidade, mas no caráter contraditório e plural das disputas presentes nesses espaços, onde diferentes visões de mundo, interesses e projetos de sociedade se confrontam.

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que os conselhos:

- a) substituem os canais tradicionais de representação política, como os partidos e o parlamento, sendo expressão superior da vontade popular.
- b) são espaços de deliberação coletiva que, embora regulados pelo Estado, viabilizam o exercício do controle social e a ampliação da cidadania.
- c) atuam como mecanismos auxiliares do Executivo, com função consultiva limitada à aprovação de metas previamente definidas pelo governo.
- d) representam uma forma de participação direta, mas apenas entre atores governamentais e técnicos das respectivas áreas políticas.
- e) promovem a despolitização dos conflitos ao mediar a sociedade civil por meio de pactos previamente acordados com os agentes estatais.

5. Analise os itens a seguir sobre os diferentes modelos de Estado na tradição ocidental:

- I. O Estado absolutista, típico da transição do feudalismo para o capitalismo, concentra os poderes nas mãos do soberano, e sua legitimidade decorre do direito divino ou do pacto entre nobres e rei, não havendo separação clara entre os poderes.
- II. O Estado liberal de direito afirma-se como contraponto ao absolutismo, fundado no princípio da limitação do poder estatal, com ênfase na separação dos poderes, nas liberdades individuais e na propriedade privada como núcleo da cidadania.
- III. O Estado social, surgido no século XX, amplia a função estatal ao incorporar direitos sociais, econômicos e culturais, assumindo o dever de intervir na economia e de promover políticas de bem-estar coletivo.
- IV. O Estado democrático de direito mantém os pilares do Estado liberal e do Estado social, mas amplia a cidadania ao valorizar a participação popular, o pluralismo político, a igualdade material e o controle social das instituições públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

POLÍTICAS PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

6. Levando-se em consideração o ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação constitui um processo de julgamento acerca da validade das propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. A partir dos anos 70, quando várias políticas vinculadas ao Estado do Bem-estar Social foram colocadas em xeque, passou-se a promover o estudo sobre o término ou a extinção de políticas públicas, cuja tarefa é dificultosa, entre outras razões, pela relutância dos beneficiados, além da inércia institucional. Nesse sentido, pode ser considerado um motivo dificultador para a extinção de uma política redistributiva:

- a) pequenos grupos que têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos.
- b) grupos beneficiários que conseguem fazer com que a política continue existindo, mesmo quando ela se mostra contrária ao interesse coletivo.
- c) a falta de atores políticos interessados em fazer uma “faxina” na política que não tem mais razão de existir.
- d) uma organização não governamental que luta para continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade para que seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade.
- e) um alto grau de conflito gerado entre grupos beneficiários e pagadores.

7. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública. James Wilson, por exemplo, desenvolveu uma tipologia na qual adota o critério da distribuição dos custos e benefícios, corroborando e complementando a tipologia de Lowi. O tipo de política pública na qual importam em benefícios coletivos, e os custos que ficam concentrados sobre certas categorias são classificadas em:

- a) Política majoritária.
- b) Política clientelista.
- c) Política empreendedora.
- d) Política de grupo de interesses.
- e) Política redistributiva.

8. A natureza política das políticas públicas, que interliga a *polity*, a *policy* e a *politics*, se traduz em artefatos gerenciais como planos, os quais se concretizam em ações de conteúdo tático-gerencial, a exemplo de

- a) programas.
- b) projetos.
- c) processos.
- d) atividades.
- e) tarefas.

9. Acerca da definição de políticas públicas, analise as alternativas a seguir:

- I. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais.
- II. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência, por exemplo, do controle de grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas e temporais.
- III. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes e, em alguns casos, elas se diferem das políticas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) I, II e III estão errados.

10. O processo de elaboração de políticas públicas também conhecido como ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que o ciclo raramente reflete a real dinâmica da vida de uma política pública. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) Um problema público é um conceito subjetivo, não existe senão na cabeça das pessoas, e sua definição é oficial e temporária.
- b) O modelo incremental contesta o ciclo de políticas públicas na medida que descreve que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas.
- c) A delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, suas causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, com vistas a resolver completamente o problema.
- d) A agenda da mídia dificilmente consegue condicionar as agendas institucionais.
- e) A teoria do equilíbrio pontuado explica, na fase de identificação do problema, porque alguns problemas entram na agenda política e outros não.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Tiago Zanolla

11. Em uma roda de conversa promovida por uma corregedoria, servidores discutem o papel da diversidade nas relações institucionais. Parte do grupo entende que basta reconhecer diferenças de cor, idade e gênero. Outros, contudo, defendem que é necessário incluir também dimensões subjetivas, como valores e modos de agir, para prevenir práticas discriminatórias.

Com base nos princípios éticos no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) O respeito ao outro depende do quanto ele corresponde às expectativas sociais e culturais do servidor público.

- b) A solidariedade gera apenas benefícios individuais, como a paz interior e o fortalecimento emocional do agente público.
- c) A cooperação é incompatível com as diferenças culturais, pois exige unidade de pensamento para sua efetivação.
- d) A diversidade em nível profundo está relacionada à superação de comportamentos discriminatórios e à valorização de valores distintos.
- e) A inclusão social, no âmbito da diversidade, é menos relevante do que a igualdade formal no tratamento das pessoas.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada

- a) Legitimidade
- b) Teoria da Agência
- c) Teoria de Maslow
- d) Teoria dos Três Poderes
- e) Accountability

13. São princípios da governança pública, EXCETO:

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Confiabilidade.
- d) Melhoria regulatória.
- e) Sigilo.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Antônio Daud*

14. Cláudio, estudando a matéria de "Transparência" para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), segundo a Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que

- a) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que forem destinatários de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar informações relativas aos seus empregados, incluindo o quantitativo total de empregados da entidade e o quantitativo de funções gratificadas.
- b) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem contribuições deverão divulgar lista, discriminada por faixas salariais, das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus funcionários, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias.
- c) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão têm o dever de divulgar o plano de cargos e salários de seus funcionários, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- d) Os conselhos de fiscalização profissional, como o CREA, devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus empregados, exceto se eventuais.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos, como as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), que recebam recursos públicos, deverão dar publicidade aos valores recebidos e respectiva destinação.

15. Joana, jornalista investigativa, solicitou à Prefeitura do Município Alfa informações sobre os gastos com publicidade nos últimos dois anos. Após 18 dias, recebeu uma resposta negativa, sob o argumento de que os dados eram estratégicos para a administração e, por isso, sigilosos. Inconformada, Joana pretende recorrer. De acordo com a Lei 12.527/2011, a conduta da Prefeitura está:

- a) Correta, pois a administração pública pode, discricionariamente, classificar informações como sigilosas para proteger suas estratégias de gestão.
- b) Incorreta, pois a negativa de acesso à informação, quando não fundamentada na legislação, sujeita o responsável a medidas disciplinares.
- c) Correta, pois informações financeiras e contábeis de entes públicos são inerentemente sigilosas, não se submetendo à regra geral de publicidade.
- d) Incorreta, pois o prazo para resposta da administração já havia se esgotado, devendo a informação ser liberada automaticamente.
- e) Correta, pois o pedido deveria ter sido direcionado ao Tribunal de Contas, órgão competente para fiscalizar os gastos municipais, e não à Prefeitura.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. Com base em entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do regime jurídico dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta:

- a) a decisão do STF declarou a inconstitucionalidade da EC 19/1998, restabelecendo o regime jurídico único para todos os entes federativos, com eficácia retroativa.
- b) a coexistência de regimes jurídicos para servidores públicos permanece vedada, exceto nas autarquias e fundações públicas, que admitem o regime celetista.
- c) a decisão do STF reconheceu a constitucionalidade da EC 19/1998, admitindo múltiplos regimes jurídicos para servidores públicos, desde que mantida a obrigatoriedade de estabilidade para todos os servidores ou empregados públicos admitidos nas entidades de direito público.
- d) a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único foi declarada constitucional pelo STF, permitindo aos entes federativos a adoção de regimes celetistas ou estatutários na administração direta, autárquica ou fundacional.
- e) a adoção do regime celetista pelos entes públicos tornou-se obrigatória após a decisão do STF, excetuadas as carreiras típicas de Estado, que continuam vinculadas ao regime estatutário.

17. Júlia foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública Gama, após ser aprovada em concurso público. Após dez anos de serviços prestados, Júlia foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Júlia, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era

insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Júlia e assinale a correta:

- a) a demissão de Júlia é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Júlia é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável, não havendo necessidade de processo administrativo ou de comprovação de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Júlia.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Stefan Fantini*

18. De acordo com o decreto-lei 200/67, as atividades de administração pública federal deveriam seguir cinco princípios. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Planejamento
- b) Coordenação
- c) Centralização
- d) Delegação de Competência
- e) Controle

19. É possível interpretar a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 segundo cinco diretrizes principais. Indique a alternativa que não traz uma dessas diretrizes.

- a) Institucionalização.
- b) Racionalização.
- c) Rigidez.
- d) Publicização.
- e) Desestatização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Leandro Ravyelle

20. O Governo Federal, no primeiro ano de uma nova gestão presidencial, decidiu propor alterações estruturais em programas de investimentos vinculados à infraestrutura logística do país, prevendo a execução de um projeto estratégico com impacto regional de longo prazo. Durante análise técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertou que a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo previa a execução do referido projeto já no exercício seguinte, embora este não estivesse previsto no Plano Plurianual vigente.

Considerando o arcabouço constitucional e legal que rege o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão de novo projeto estratégico de longo prazo no orçamento anual independe de sua previsão no PPA, desde que a LDO preveja metas e prioridades compatíveis.
- b) A proposta de Plano Plurianual a ser enviada pelo Presidente no seu primeiro ano de mandato deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, uma vez que, o Poder Executivo deve, individual ou conjuntamente, realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

c) A Constituição Federal permite que programas não incluídos no PPA sejam executados diretamente por meio da LOA, desde que o Congresso Nacional os aprove via orçamento público.

d) A LDO, por ser instrumento de mediação entre planejamento e orçamento, tem o poder de autorizar a execução de programas mesmo que não previstos no PPA, por meio das prioridades elencadas para o ano seguinte.

e) O projeto em questão poderá ser incluído na LOA, desde que previsto na LDO, dispensando previsão no PPA, pois a vinculação entre os três instrumentos é meramente operacional, já que o investimento proposto não ultrapassa um exercício.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Ricardo Torques

21. Considere o texto sobre a igualdade e a proteção dos direitos humanos.

“Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.”
(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro).

É exemplo de estratégia promocional capaz de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais:

- a) Ações afirmativas.
- b) Igualdade formal.
- c) Restrição à política de cotas.
- d) Discriminação negativa.
- e) Formação de estereótipos.

22. Considere o texto sobre a violência doméstica no Brasil.

“Levantamento da Rede de Observatórios da Segurança apontou o avanço da violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Elas Vivem: um caminho de luta”, a cada 24 horas, em média, 13 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no ano passado. O levantamento se refere a nove estados monitorados pela entidade.

O número de casos cresceu mais de 12% em relação a 2023. Foram mais de 4 mil ocorrências, sendo 531 feminicídios, apenas nesses estados.

O Amazonas, que aparece pela primeira vez no monitoramento, registrou 604 casos, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram 33 feminicídios, 15 deles por parceiros ou ex-parceiros. No caso da violência sexual, 80% das vítimas tinham de 0 a 17 anos.”

Visando coibir a violência doméstica no Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. A referida legislação estabelece que qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria configurará violência:

- a) Psicológica.
- b) Sexual.
- c) Moral.
- d) Física.
- e) Jurídica.

23. A Universidade X, após caso de racismo em suas dependências, promoveu uma série de debates e palestras sobre o tema. Em uma das palestras o tema levantado foi a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. Segundo o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010, essa assimetria pode ser conceituada como:

- a) Discriminação racial.
- b) Desigualdade racial.
- c) Desigualdade de gênero.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Estereotipagem de gênero.

24. Maria é pessoa idosa atualmente com 82 anos. Após uma mudança abrupta do tempo, ela foi internada com o diagnóstico de pneumonia. Alegando falta de estrutura, o hospital negou o pedido de Maria para que tivesse um acompanhante ao seu lado durante a internação. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) à pessoa idosa internada ou em observação

- a) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.
- b) é possível ao hospital negar o direito a acompanhante por falta de estrutura.
- c) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo a vontade da idosa.
- d) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- e) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

25. O Decreto 8.727/2016 Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as disposições do referido decreto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.
- b) Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
- c) Considera-se identidade de gênero a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
- d) É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.
- e) O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, quando entender oportuno.

TRABALHO E TECNOLOGIA

Emannuelle Gouveia

26. Com o avanço das tecnologias digitais, especialmente a partir da chamada Quarta Revolução Industrial, novas formas de organização do trabalho vêm sendo adotadas. Entre os impactos mais relevantes dessas transformações está:

- a) O aumento do emprego formal com estabilidade, impulsionado pela automação de tarefas repetitivas.
- b) A substituição integral de atividades humanas por sistemas inteligentes em todos os setores produtivos.
- c) A ampliação do trabalho remoto e por demanda (gig economy), com flexibilização de vínculos empregatícios.
- d) A eliminação da desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em razão da conectividade global.
- e) O fortalecimento de estruturas sindicais tradicionais, como resposta direta à digitalização.

27. O uso de tecnologias como algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais nas relações de trabalho tem gerado debates sobre os limites éticos e legais dessas transformações. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) O monitoramento algorítmico substitui completamente a gestão humana, eliminando qualquer viés.
- b) A descentralização do local de trabalho anulou a responsabilidade legal das empresas sobre as condições laborais.
- c) O uso de aplicativos de trabalho garante automaticamente proteção previdenciária e trabalhista ao usuário.
- d) A adoção de tecnologias eliminou a necessidade de regulamentação das novas formas de trabalho.
- e) As plataformas digitais passaram a definir critérios de remuneração e avaliação com base em sistemas automatizados.

28. O uso da inteligência artificial e da automação no setor público tem ganhado destaque como estratégia para aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos administrativos no setor público é vedada pela legislação brasileira, pois compromete o controle humano sobre decisões institucionais.
- b) O uso de IA em serviços públicos tende a reduzir a produtividade, pois depende exclusivamente de intervenção humana em tempo integral.
- c) A aplicação de IA no setor público visa substituir servidores em todas as funções operacionais e decisórias.
- d) O uso da automação e da inteligência artificial pode contribuir para a redução de filas, melhoria na análise de dados e tomada de decisão baseada em evidências.
- e) O emprego de IA no serviço público não exige regulamentação específica, pois está sujeito apenas à legislação trabalhista tradicional.

29. A adoção de tecnologias digitais no setor público pode trazer uma série de benefícios, mas também envolve riscos e limitações importantes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de serviços públicos elimina completamente a possibilidade de erros sistêmicos, reduzindo a necessidade de auditorias.
- b) A dependência de fornecedores privados para soluções tecnológicas no setor público pode gerar riscos de dependência tecnológica e comprometimento da soberania digital.
- c) O uso de inteligência artificial em processos administrativos garante decisões neutras e imparciais, eliminando qualquer risco de viés.
- d) Sistemas informatizados tornam desnecessários os controles internos e externos, pois são autossuficientes na detecção de falhas.
- e) A adoção de novas tecnologias no setor público dispensa a necessidade de capacitação contínua dos servidores.

30. A implementação de inteligência artificial e automação no setor público deve ser acompanhada de critérios rigorosos de governança. Sobre os riscos associados a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) Sistemas de IA públicos não precisam de explicabilidade, desde que sejam eficientes, pois a transparência pode comprometer o desempenho.
- b) O risco de discriminação algorítmica é inexistente quando a base de dados utilizada é exclusivamente composta por dados públicos.
- c) A ausência de fiscalização e diretrizes éticas pode levar à opacidade decisória, violando princípios como legalidade e impessoalidade.
- d) A centralização total dos dados em plataformas únicas elimina qualquer vulnerabilidade relacionada à segurança da informação.
- e) O uso de IA no setor público não interfere na proteção de dados pessoais, pois os sistemas são sempre anonimizados.

EIXO TEMÁTICO 1**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

31. O planejamento que envolve a organização como um todo, tem foco no longo prazo e é realizado pela alta cúpula, é conhecido como

- a) planejamento intermediário
- b) planejamento gerencial
- c) planejamento operacional
- d) planejamento estratégico
- e) planejamento tático

32. A empresa SF123 realizou uma análise SWOT e identificou que 40% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado e equipamentos ultrapassados. Além disso, a empresa SF123 identificou que um grande concorrente está entrando no mercado.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa SF123 identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e ameaças no ambiente externo.

33. Os fragmentos a seguir foram extraídos do Mapa Estratégico 2023-2027 do

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI:

“Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.”

“Colaboração, democracia, diversidade, integridade, participação, qualidade e sustentabilidade.”

Esses fragmentos representam, respectivamente:

- a) a visão e a missão do MGI.
- b) a missão e a visão do MGI.
- c) a missão e os valores do MGI.
- d) a visão e os valores do MGI.
- e) os valores e a missão do MGI.

34. Suponha que determinado órgão público Federal tenha atendido, em 2023, 1.000 cidadãos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2024, tenha atendido 1.200 cidadãos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2023 para 2024, o referido órgão foi:

- a) mais eficiente
- b) mais eficaz
- c) menos eficaz
- d) menos eficiente
- e) igualmente eficaz

GESTÃO DE RISCOS*Rodrigo Rennó*

- 35.** A matriz de probabilidade e consequência é uma ferramenta amplamente utilizada na avaliação de riscos organizacionais. Ao posicionar cada risco conforme seu potencial de impacto e sua probabilidade de ocorrência, essa ferramenta permite que os gestores:
- a) priorizem ações corretivas com base no grau de risco, otimizando recursos e tempo de resposta.
 - b) identifiquem a origem exata de eventos operacionais, possibilitando a eliminação completa dos riscos.
 - c) substituam análises qualitativas por métodos puramente estatísticos e de regressão multivariada.
 - d) estabeleçam a matriz de stakeholders e avaliem o engajamento de partes interessadas.
 - e) elaborem diretamente o plano de continuidade de negócios sem necessidade de tratamento prévio dos riscos.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO*Thayse Duarte*

- 36.** Sobre o campo da Saúde do Trabalhador, avalie as afirmações abaixo:
- I. Engloba ações articuladas de vigilância em saúde, com foco na prevenção, recuperação e reabilitação de agravos à saúde decorrentes de exposições ocupacionais e ambientes laborais nocivos.
 - II. Constitui-se como área interdisciplinar, integrando saberes da Medicina, Psicologia, Engenharia, Sociologia, Epidemiologia, Ergonomia e outras ciências que contribuem para a compreensão e intervenção nas relações entre trabalho e saúde.
 - III. Fundamenta-se predominantemente na lógica da Medicina do Trabalho tradicional, reforçando estratégias voltadas ao aumento da

produtividade empresarial e ao cumprimento de metas institucionais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

MÉTODOS E PESQUISA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA*Daniel Almeida Bezerra*

37. Em um estudo voltado à compreensão das percepções de gestores públicos sobre a implementação de políticas participativas, uma pesquisadora decide empregar a Grounded Theory como referencial metodológico. O processo inclui a coleta e análise simultânea de dados, com codificação aberta, axial e seletiva. A pesquisadora evita formular hipóteses prévias, buscando construir teorias ancoradas na realidade empírica. Com base nessa abordagem, assinale a alternativa que expressa corretamente uma característica distintiva da Grounded Theory.

- a) Parte de uma hipótese previamente definida para verificar sua validade estatística por meio de testes experimentais.
- b) Apoia-se exclusivamente em documentos oficiais, desconsiderando relatos individuais dos participantes da política pública.
- c) Baseia-se na dedução lógica de categorias a partir de marcos teóricos consolidados antes da coleta de dados.
- d) Constrói teorias emergentes a partir da codificação sistemática dos dados coletados diretamente no campo.
- e) Aplica métodos mistos com predomínio da inferência estatística como técnica de análise prioritária.

38. Um pesquisador analisa os discursos de gestores públicos sobre a implementação de ações afirmativas em concursos. Inspirado em Michel Pêcheux e Michel Foucault, ele busca compreender os efeitos de verdade, as formações discursivas e os dispositivos de poder que estruturam os sentidos atribuídos às ações afirmativas. Qual abordagem metodológica está mais alinhada com esse tipo de investigação?

- a) Análise Estatística Descritiva.
- b) Etnografia Clássica.
- c) Análise de Discurso.
- d) Estudo de Caso Experimental.
- e) Pesquisa Tecnológica.

39. Durante uma capacitação para servidores públicos sobre avaliação de políticas públicas, o facilitador destaca que pesquisas explicativas são fundamentais para compreender a relação entre variáveis intervenientes nos resultados das ações governamentais. Ele exemplifica com um estudo que busca verificar se o aumento da transparência pública influencia a percepção de legitimidade institucional. Qual das alternativas melhor define a característica central da pesquisa explicativa?

- a) Estuda fenômenos ainda não explorados, sem objetivo de identificar relações causais.
- b) Limita-se à descrição de comportamentos observados sem formular hipóteses.
- c) Busca identificar relações de causalidade entre variáveis e explicar os fatores determinantes de um fenômeno.
- d) Foca exclusivamente em captar os significados subjetivos atribuídos pelos sujeitos.
- e) Utiliza apenas dados documentais e revisão de literatura, sem coleta de dados primários.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Antônio Daud

40. A Prefeitura do Município de Bela Vista necessita contratar serviços de limpeza e conservação para suas repartições, bem como adquirir grande quantidade de material de escritório (papel, canetas, clipes). O Secretário de Administração, em dúvida sobre qual modalidade de licitação utilizar sob a égide da Lei 14.133/2021, consulta sua assessoria jurídica. A recomendação correta seria a utilização do(a):

- a) Concorrência, pois é a modalidade adequada para contratações de maior vulto financeiro, independentemente do objeto.
- b) Concurso, pois envolve a escolha de um trabalho técnico ou artístico, que é o caso da organização dos materiais de escritório.
- c) Diálogo competitivo, pois a administração precisa dialogar com os licitantes para encontrar a melhor solução de limpeza.
- d) Pregão, por se tratar de contratação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- e) Leilão, pois a administração está buscando o maior lance pela prestação dos serviços.

41. Uma autarquia federal precisa urgentemente contratar serviço de engenharia, consistente na manutenção corretiva no sistema de ar-condicionado de seu edifício-sede. O valor do serviço foi orçado em R\$ 90.000,00. O diretor da autarquia, buscando celeridade para resolver o problema, questiona sobre a possibilidade de realizar uma contratação direta, dispensando o processo licitatório. Conforme a Lei nº 14.133/2021, a contratação direta é:

- a) Inviável, pois qualquer obra ou serviço de engenharia, independentemente do valor, exige a realização de licitação na modalidade concorrência.
- b) Viável, pois o valor é inferior a R\$ 100.000,00, limite para dispensa de licitação em caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.
- c) Inviável, pois o limite de valor para dispensa na contratação de serviços em geral é de R\$ 50.000,00, e o valor orçado excede esse montante.
- d) Viável, mas somente se a situação for formalmente declarada como emergencial, com risco de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas.
- e) Inviável, pois a dispensa de licitação por valor só se aplica à compra de bens e não a serviços de manutenção

42. A Secretaria de Saúde de um grande município brasileiro pretende ampliar a oferta de exames laboratoriais de média complexidade para a população. Em vez de construir novos laboratórios, a gestão optou por contratar todos os laboratórios privados da cidade que atendam a determinados critérios técnicos e sanitários e que aceitem realizar os exames por um preço fixado em uma tabela pública. O objetivo é criar uma rede de prestadores para que o cidadão possa escolher onde ser atendido. O procedimento auxiliar de contratação mais adequado para essa finalidade, segundo a Lei nº 14.133/2021, é o(a):

- a) Pregão, para selecionar o laboratório que ofereça o menor preço por exame.
- b) Pré-qualificação, para criar uma lista de laboratórios aptos a participar de uma futura e única licitação.
- c) Credenciamento, por ser um processo que permite à Administração contratar todos os interessados que preencham os requisitos definidos, viabilizando a posterior contratação direta por inexigibilidade.
- d) Procedimento de manifestação de interesse, para que os laboratórios proponham soluções inovadoras para a prestação dos serviços.
- e) Inexigibilidade de licitação, para contratar diretamente um único laboratório de notória especialização na cidade

EIXO TEMÁTICO 2**MUDANÇAS CLIMÁTICAS***André Rocha*

- 43.** As mudanças climáticas impõem novos desafios aos setores de segurança e defesa, exigindo ações intersetoriais e estratégias de adaptação. Com base nessa relação, assinale a alternativa correta.
- a) A intensificação de eventos climáticos pode provocar deslocamentos populacionais e pressões sobre áreas fronteiriças, ampliando a necessidade de atuação coordenada entre órgãos civis e militares.
- b) Os impactos das mudanças climáticas sobre a segurança nacional dizem respeito à proteção ambiental, sem gerar repercussões relevantes sobre o planejamento das capacidades de defesa.
- c) As Forças Armadas concentram suas operações em ameaças bélicas convencionais, com menor necessidade de incorporar variáveis ambientais nos exercícios e na logística operacional.
- d) A elevação do nível do mar e a alteração no regime de chuvas apresentam relevância prioritária para setores produtivos, com baixa interferência sobre estruturas e instalações de defesa.
- e) A atuação militar diante de desastres associados ao clima envolve missões de ajuda humanitária, não se vinculando à agenda estratégica de segurança nacional.

GRANDE ESTRATÉGIA E GEOPOLÍTICA*Leandro Signori*

- 44.** Com relação à Política Nacional de Fronteiras (PNFron), instituída pelo Decreto nº 12.308, de 29/05/2024, assinale a alternativa incorreta:
- a) A PNFRon define como “fronteira” a faixa terrestre interna de até 150 km da linha divisória com países vizinhos, além dos espaços geográficos compreendidos pelo mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva e plataforma continental.
- b) Entre os princípios da PNFRon estão o repúdio à xenofobia, racismo e qualquer forma de discriminação e o respeito à cultura e aos valores das populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.
- c) Entende-se por arcos de fronteira a base territorial das ações do Poder Executivo federal na faixa de fronteira, fundamentada na macro divisão em quatro áreas de planejamento - os Arcos Norte, Central, Sul e Litorâneo.
- d) A política tem por finalidade coordenar os entes federativos e as instituições privadas, e promover a segurança, o desenvolvimento sustentável, a integração regional, os direitos humanos, cidadania e a proteção social nas fronteiras brasileiras.
- e) Na sua atuação, a PNFRon deve respeitar as especificidades e às diferentes estratégias dos arcos de fronteira.

45. O conceito de *entorno estratégico* no contexto da geopolítica brasileira se refere à área geográfica de interesse prioritário para a política externa, segurança e defesa do Brasil. Ele reflete uma leitura geopolítica que ultrapassa as fronteiras físicas, incorporando fatores como estabilidade regional, segurança energética, cooperação sul-sul e presença diplomática ativa. A importância desse entorno é ampliada pela crescente disputa internacional por recursos naturais, rotas marítimas e influência política, especialmente no contexto das transições da ordem global e da multipolaridade emergente.

Com base nos debates contemporâneos sobre o entorno estratégico brasileiro, assinale a afirmativa incorreta:

- a) O Atlântico Sul é considerado parte do entorno estratégico brasileiro por sua importância geoeconômica e pela necessidade de proteção das rotas marítimas e da costa petrolífera brasileira.
- b) A presença do Brasil na África Ocidental, por meio de cooperação técnica, acordos militares e presença diplomática, faz parte da projeção estratégica do país para além da América do Sul.
- c) A integração regional sul-americana é uma das estratégias centrais da política externa brasileira para garantir estabilidade política e desenvolvimento conjunto com seus vizinhos.
- d) A atuação do Brasil em fóruns como a UNASUL e a CELAC busca reforçar a autonomia regional e reduzir a dependência de potências externas nos assuntos da América Latina.
- e) A atuação do Brasil no entorno estratégico prioriza alianças com países da OTAN, como forma de garantir proteção militar e inserção em blocos geopolíticos do Norte global.

46. No campo dos estudos estratégicos, o conceito de *grande estratégia* remete à articulação ampla e de longo prazo dos recursos disponíveis por um Estado para alcançar seus objetivos nacionais. Enquanto as potências tradicionais do Norte Global formulam suas estratégias com base em projeção de poder e dissuasão militar, países do Sul Global vêm construindo abordagens alternativas. O caso brasileiro é exemplar nesse sentido, ao conjugar defesa, cooperação regional, autonomia e desenvolvimento.

Com base nos debates contemporâneos sobre a formulação da grande estratégia a partir do Sul, assinale a afirmativa correta:

- a) A grande estratégia nos países do Sul Global tende a relativizar objetivos de soberania territorial, em prol da integração econômica e inserção dos Estados nacionais nas cadeias globais de valor.
- b) A perspectiva sul-americana de grande estratégia valoriza a integração regional, o multilateralismo e a busca por autonomia estratégica frente às potências hegemônicas.
- c) O conceito de grande estratégia é aplicado exclusivamente a países com capacidade nuclear ou atuação militar global, o que exclui países em desenvolvimento como o Brasil.
- d) O Brasil tem como principal eixo de sua grande estratégia o alinhamento a alianças militares lideradas pelos Estados Unidos, em nome da segurança hemisférica.
- e) A formulação da grande estratégia brasileira ignora aspectos não militares, como meio ambiente, cultura e tecnologia, por não serem considerados relevantes à defesa nacional.

SOBERANIA DIGITAL*André Castro*

47. A respeito do conceito de soberania digital no contexto da governança da Internet e das infraestruturas tecnológicas, assinale a alternativa correta:

- a) A soberania digital refere-se exclusivamente ao controle que os indivíduos possuem sobre seus próprios dados pessoais em redes sociais.
- b) Países com soberania digital plena não estão sujeitos a regulações internacionais sobre proteção de dados ou neutralidade de rede.
- c) A soberania digital envolve a capacidade de um Estado exercer controle normativo, técnico e econômico sobre dados, infraestrutura e fluxos digitais dentro de seu território.
- d) A soberania digital é incompatível com o uso de serviços de nuvem pública, que são sempre controlados por empresas estrangeiras.
- e) O conceito de soberania digital aplica-se apenas a regimes autoritários e não se encaixa em democracias com economia aberta.

48. Entre os desafios enfrentados por países que buscam ampliar sua soberania digital, destaca-se:

- a) A imposição da criptografia de ponta a ponta em todas as comunicações, o que reduz a autonomia estatal sobre segurança cibernética.
- b) A dependência de infraestruturas e serviços essenciais hospedados e gerenciados por empresas estrangeiras.
- c) A presença de marcos legais nacionais de proteção de dados e cibersegurança.
- d) A construção de redes privadas de comunicação e data centers soberanos.
- e) A adoção de software livre e padrões abertos em órgãos públicos.

49. No contexto da soberania digital, considere os seguintes elementos:

- I. Políticas de proteção de dados pessoais.
- II. Produção e controle de tecnologias críticas.
- III. Participação em fóruns de governança global da Internet.
- IV. Adoção exclusiva de tecnologias de código fechado.

Estão alinhados ao fortalecimento da soberania digital APENAS os elementos:

- a) I e II
- b) I, II e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e III
- e) I e IV

BIOSSEGURANÇA: CONCEITOS E NORMAS GOVERNAMENTAIS*Guilherme Gasparini*

50. Os agentes biológicos, como bactérias, vírus e demais microrganismos que causam ou possuem potencial de causar doenças no ser humano e risco para a coletividade, são classificados em quatro classes de risco. Assinale a alternativa que corresponde ao conceito da classe de risco 2:

- a) Agentes biológicos conhecidos por não causarem doenças no homem ou nos animais adultos saudáveis.
- b) Agentes biológicos que provocam infecções no homem ou nos animais, cujo potencial de propagação na comunidade e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas terapêuticas e profiláticas eficazes
- c) Agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais, potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento ou de prevenção.
- d) Agentes biológicos que representam grande ameaça para o ser humano e para os animais, implicando grande risco a quem os manipula, com grande poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro, não existindo medidas preventivas e de tratamento para esses agentes.
- e) Representam risco se disseminados na comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa a pessoa.

SEGURANÇA INTERNACIONAL*Áulus Dias Warzeé*

51. De modo geral, podemos definir as organizações internacionais como associações voluntárias de Estados. Sobre a personalidade jurídica das organizações internacionais, é correto afirmar que

- a) as organizações internacionais podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional

própria, desde que haja previsão expressa nesse sentido no respectivo tratado constitutivo.

- b) as organizações internacionais podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional própria, tratando-se de personalidade jurídica derivada.
- c) as organizações internacionais não podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional própria, distinta da dos seus membros.
- d) as organizações internacionais podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional própria, mas não se admite que celebrem tratados internacionais.
- e) as organizações internacionais não podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional própria, mas admite-se que celebrem tratados internacionais.

52. O Conselho de Segurança é um órgão de grande importância na estrutura da ONU, na medida em que os membros da Organização lhe atribuem a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Sobre o Conselho de Segurança da ONU, assinale a opção correta.

- a) O Conselho de Segurança é composto por 5 membros permanentes e 5 membros temporários.
- b) Os membros permanentes do Conselho de Segurança têm poder de veto em qualquer decisão.
- c) São membros permanentes do Conselho de Segurança os Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França, a Alemanha e a Rússia.
- d) As decisões do Conselho de Segurança são obrigatórias e vinculam todos os membros da ONU.
- e) O exercício do direito de veto pela Rússia no Conselho de Segurança impediu a ONU de aprovar qualquer resolução sobre a ação militar na Ucrânia.

53. As Missões de Paz são operações autorizadas pela ONU para auxiliar no restabelecimento de paz duradoura em países ou regiões atingidos por situações de conflito, mediante presença internacional no território em questão. Sobre as Missões de Paz da ONU, é correto afirmar que

- a) o princípio da imparcialidade é um dos três princípios básicos que regem as Missões de Paz.
- b) a existência das Missões de Paz é prevista expressamente pela Carta da ONU.
- c) os mandatos para as Missões de Paz são concedidos exclusivamente pela Assembleia Geral.
- d) não se admite que as Missões de Paz se envolvam em atividades de assistência eleitoral.
- e) o envio de Missão de Paz não pressupõe o consentimento de partes envolvidas no conflito.

54. Sobre a declaração de guerra, assinale a alternativa correta.

- a) Não há norma internacional que estabeleça a exigência de uma declaração formal de guerra antes do início das hostilidades.
- b) A declaração de guerra só tem relevância no âmbito interno do país que a formaliza.
- c) A declaração de guerra enseja o rompimento das relações diplomáticas.
- d) Não se admite declaração de guerra condicionada.
- e) No Brasil, compete ao Congresso Nacional declarar guerra.

EIXO TEMÁTICO 3

DEFESA NACIONAL

Alan Hirt

55. A Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, além de dispor sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **correta**.

- a) Produto de Defesa (PRODE) é qualquer bem, serviço, obra ou informação, incluindo aqueles de uso administrativo, utilizados nas atividades finalísticas de defesa.
- b) As Empresas Estratégicas de Defesa (EED) são credenciadas pelo Ministério da Defesa e devem assegurar que o conjunto de sócios ou acionistas estrangeiros não possa exercer, em cada assembleia geral, número de votos superior a 1/3 (um terço) do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes.
- c) O descredenciamento de uma Empresa Estratégica de Defesa (EED) a pedido da própria empresa afasta imediatamente a obrigatoriedade de cumprimento das obrigações de continuidade produtiva.
- d) O Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) beneficia apenas as Empresas Estratégicas de Defesa (EED) que produzem bens de defesa nacional.
- e) Um Produto Estratégico de Defesa (PED) é um PRODE que, por seu conteúdo tecnológico, dificuldade de obtenção ou imprescindibilidade, é de interesse estratégico para a defesa nacional.

56. A Lei nº 8.041, de 5 de junho de 1990, dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho da República, um órgão superior de consulta do Presidente da República. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Conselho da República é composto exclusivamente por membros do Poder Executivo.
- b) Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre questões financeiras e orçamentárias de relevância nacional.
- c) A participação no Conselho da República é considerada atividade relevante e é remunerada de acordo com a função exercida.
- d) O Conselho da República reúne-se por convocação do Presidente da República.
- e) Os membros civis do Conselho da República, nomeados pelo Presidente da República, têm mandato vitalício.

57. O PNAE: Programa Nacional de Atividades Espaciais 2022-2031 estabelece o planejamento para o setor espacial brasileiro, visando consolidar o País como líder no mercado espacial sul-americano. De acordo com o seu conteúdo, assinale a alternativa **correta**.

- a) A versão anterior do PNAE (2012-2021) alcançou plenamente suas metas de investimento, recebendo a dotação orçamentária total prevista inicialmente.
- b) O PNAE 2022-2031 se estrutura em três dimensões principais: Estratégica, Tática e Setorial, cada uma com propósitos específicos para a organização do setor espacial.
- c) O Observatório do Setor Espacial Brasileiro é uma ferramenta de uso exclusivo da Agência Espacial Brasileira (AEB) para monitoramento interno, sem acesso público.
- d) A Carteira de Admissão garante a adoção formal de qualquer proposta de missão espacial nela inserida, assegurando seu financiamento e execução imediata.

e) A soberania espacial nacional, segundo o PNAE, é alcançada exclusivamente pela aquisição de satélites e dados estrangeiros, dada a inviabilidade de desenvolvimento tecnológico próprio no Brasil.

58. De acordo com os artigos 142 e 143 da Constituição Federal de 1988, que tratam das Forças Armadas e do Serviço Militar, assinale a alternativa **correta**.

- a) A sindicalização e o direito de greve são assegurados aos militares, desde que não estejam em serviço ativo.
- b) O militar em serviço ativo pode estar filiado a partidos políticos, contanto que não ocupe cargo de direção partidária.
- c) A perda do posto e da patente de um oficial somente ocorrerá se ele for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar competente.
- d) Em tempo de guerra, as mulheres e os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, sem quaisquer encargos adicionais.
- e) A competência das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem é primária e independe da iniciativa de qualquer dos Poderes constitucionais.

59. No que tange aos aspectos da Constituição Federal de 1988 relativos às Forças Armadas, assinale a alternativa **incorreta**.
- a) As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina.
 - b) A autoridade suprema das Forças Armadas é o Presidente da República.
 - c) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares, conforme a literalidade do Art. 142, § 2º da Constituição Federal.
 - d) O militar em atividade que tomar posse em cargo público civil permanente será transferido para a reserva, salvo exceção para dois cargos de profissionais de saúde com profissão regulamentada.
 - e) O oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade inferior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido a julgamento pelo Tribunal Militar para possível perda de posto e patente.
60. A publicação "Plano de Ação para a Neoliberalização 2024-2026" (Nova Indústria Brasil - NIB) apresenta a política de neoliberalização do governo federal. De acordo com o seu conteúdo, assinale a alternativa **correta**.
- a) A NIB se fundamenta em cinco missões principais, visando exclusivamente o crescimento econômico do país.
 - b) Entre os princípios da Nova Indústria Brasil, está o incremento da produtividade e da competitividade, além da promoção do trabalho decente e melhoria da renda.
 - c) Os instrumentos financeiros da NIB são voltados apenas para grandes empresas, excluindo Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs).
 - d) A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) impede a inclusão de critérios de desempate além do preço em contratações públicas, limitando o fomento ao desenvolvimento industrial.
 - e) O Plano Mais Produção (P+P) é um plano de caráter temporário, sem previsão de continuidade, que reúne recursos para o período de 2023 a 2026.
61. O Decreto nº 9.828, de 10 de junho de 2019, estabelece as diretrizes para o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, um órgão crucial para o setor nuclear nacional. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **correta**.
- a) O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro é um órgão consultivo sem poder deliberativo sobre as políticas do setor.
 - b) As reuniões ordinárias do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro ocorrem trimestralmente.
 - c) A participação como membro do Comitê ou de seus grupos técnicos é remunerada em reconhecimento à relevância do serviço público.
 - d) O Comitê pode instituir grupos técnicos com caráter temporário e duração não superior a um ano.
 - e) Em caso de empate nas deliberações do Comitê, o voto de qualidade é dado ao Ministro da Economia.

62. O Decreto nº 11.200, de 15 de setembro de 2022, aprova o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Plansic), um marco para a proteção de ativos essenciais ao país. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **correta**.

- a) O Plansic afirma que a abordagem da gestão de riscos deve focar nas ameaças de origem humana.
- b) A gestão de riscos para Infraestruturas Críticas prevê que as medidas de proteção devem garantir a segurança plena, eliminando qualquer possibilidade de crise.
- c) O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República é o órgão responsável por implementar e gerir o Sistema Integrado de Dados de Segurança de Infraestruturas Críticas.
- d) Os planos setoriais de segurança de infraestruturas críticas serão elaborados exclusivamente pelos Ministérios responsáveis.
- e) A cooperação internacional não é relevante para a gestão de segurança de Infraestruturas Críticas que extrapolam as fronteiras nacionais.

63. O Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010, detalha os princípios e diretrizes da Política de Mobilização Nacional, que abrange diversas áreas estratégicas. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A Política de Mobilização Nacional busca assegurar a continuidade do funcionamento dos serviços ou atividades essenciais à população.
- b) As diretrizes governamentais de mobilização nacional incluem o incentivo à cooperação entre instituições científicas e tecnológicas, militares e civis.
- c) O Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) é o responsável por consolidar os planos setoriais no Plano Nacional de Mobilização.
- d) A Política de Mobilização Nacional prevê que a gestão dos recursos destinados à mobilização deve ser aprimorada continuamente.

e) Sacrifícios são inerentes ao processo de mobilização, por isso, a minimização dos efeitos negativos decorrentes da mobilização nacional na sociedade não é um objetivo da Política de Mobilização Nacional.

64. O Decreto nº 9.819, de 3 de junho de 2019, detalha as finalidades e o funcionamento da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo. De acordo com os seus comandos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional é um órgão de assessoramento ao Presidente da República.
- b) O Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República preside a Câmara.
- c) O Comitê-Executivo da Câmara é coordenado pelo Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
- d) A participação na Câmara, em seu Comitê-Executivo e nos grupos técnicos é considerada serviço público relevante, sendo remunerada para os membros permanentes.
- e) Os grupos técnicos instituídos pela Câmara não podem ter mais de quinze membros e devem ter caráter temporário.

**DEBATES INTERNACIONAIS SOBRE
REGULAÇÃO DE SISTEMAS DE IA E DIREITO
DO MAR**

Áulus Dias Warzeé

65. O Direito do Mar cuida da regulamentação jurídica do mar e das competências estatais sobre ele, a exemplo das questões envolvendo o mar territorial, a plataforma continental, a zona econômica exclusiva, os rios internacionais e o alto-mar. Sobre o tema, é correto afirmar que

- a) os Estados sem litoral não têm direito de acesso ao mar via liberdade de trânsito pelo território de Estados vizinhos.
- b) os navios de qualquer Estado gozam do direito de passagem inocente pela zona econômica exclusiva.
- c) qualquer Estado pode submeter à sua soberania as partes do alto-mar que ainda não tenham sido reivindicadas.
- d) não há uma Corte internacional específica para examinar controvérsias e pedidos relativos ao Direito do Mar.
- e) os Estados sem litoral têm direito de participar, em base equitativa, no aproveitamento de uma parte apropriada dos excedentes dos recursos vivos das zonas econômicas exclusivas dos Estados costeiros da mesma sub-região ou região.

66. Área que não pode se estender para além de 200 milhas marítimas sobre a qual o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo. Trata-se do(a)

- a) Zona Econômica Exclusiva.
- b) Zona Contígua.
- c) Plataforma Continental.
- d) Mar Territorial.
- e) Zona de Vigilância Aduaneira.

EIXO TEMÁTICO 4

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Giulian Salvador

67. A respeito da organização da segurança pública no Brasil e das diretrizes instituídas pela Lei nº 13.675/2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), assinale a alternativa correta:

- a) A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social é de competência exclusiva da União, que pode implementá-la independentemente da adesão dos demais entes federativos.
- b) As Polícias Militares são responsáveis pela apuração de infrações penais e execução de mandados judiciais, nos termos do art. 144 da Constituição Federal.
- c) A atuação dos órgãos integrantes do SUSP deve ocorrer de forma integrada e cooperativa, respeitando as competências constitucionais de cada ente federativo.
- d) As Guardas Municipais, embora possam exercer poder de polícia ostensiva, não integram formalmente o Sistema Único de Segurança Pública.
- e) O SUSP é composto exclusivamente por órgãos federais e estaduais, estando os Municípios excluídos da estrutura estratégica do sistema.

68. Acerca da estrutura e do financiamento das políticas de segurança pública e defesa social, bem como da atuação dos municípios e da gestão penitenciária no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Fundo Nacional de Segurança Pública é composto por diversas fontes, incluindo recursos provenientes da exploração de loterias e dotações orçamentárias da União, com a finalidade de apoiar ações de prevenção e repressão à criminalidade.
- b) Os recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) destinam-se ao financiamento de programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário, bem como de assistência a dependentes de presos e internados.
- c) As guardas civis municipais, embora subordinadas ao poder municipal, integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e devem atuar de forma articulada com os demais entes federativos.
- d) O Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) coleta dados sobre a execução penal, incluindo a prisão cautelar e as medidas de segurança, sendo abastecido por formulário eletrônico padronizado.
- e) O Sistema Penitenciário Federal tem como prioridade a custódia de presos provisórios oriundos de delitos de menor potencial ofensivo, em caráter temporário, como forma de aliviar a lotação dos presídios estaduais.

69. No contexto da organização das informações de segurança pública no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP) constitui uma plataforma unificada de informações, que visa subsidiar a formulação e a avaliação das políticas públicas de segurança, incluindo dados sobre armas, munições, material genético e digitais.
- b) O Sistema Nacional de Armas (SINARM), mantido pelo Exército Brasileiro, é responsável pelo registro e controle das armas de fogo em poder da

população civil e das empresas de segurança privada.

- c) O SINESP restringe-se à coleta de dados sobre criminalidade e prisões, não incorporando dados genéticos, digitais ou de rastreabilidade de armas e munições.
- d) O SINARM tem por finalidade principal registrar as armas em poder das Forças Armadas e das polícias militares, sendo os dados civis controlados por sistema diverso.
- e) O SINESP é operado exclusivamente pela Polícia Federal, sem previsão de colaboração dos demais órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

70. Acerca das diversas formas de violência e criminalidade no Brasil, julgue os itens a seguir:

- I. A concentração de homicídios no Brasil revela uma dinâmica regional marcada por desigualdades socioeconômicas e institucionais, sendo mais frequente em áreas com baixa presença estatal, altos índices de desemprego e exclusão social.
- II. A violência contra mulheres no Brasil tem perfil homogêneo em todas as regiões, sendo influenciada majoritariamente por fatores individuais, sem relação direta com contextos culturais, econômicos ou institucionais.
- III. A letalidade policial atinge predominantemente jovens negros e periféricos, sendo frequentemente relacionada à atuação de forças de segurança em territórios marcados por desigualdade e ausência de políticas públicas estruturantes.
- IV. O crime organizado no Brasil apresenta estrutura única, com atuação homogênea em todos os estados, sendo exclusivamente vinculado ao tráfico de drogas nas fronteiras internacionais.
- V. A atuação das milícias diferencia-se do crime organizado tradicional por se valerem do domínio armado de territórios e da exploração de serviços ilegais, como segurança privada, transporte alternativo e fornecimento clandestino de gás e internet.

VI. Entre os cibercrimes menos comuns estão fraudes financeiras, disseminação de discursos de ódio e crimes contra crianças e adolescentes no ambiente digital, sendo esses crimes passíveis de investigação nacional e cooperação jurídica internacional.

Assim,

- a) Estão corretos apenas os itens I e II;
- b) Estão corretos apenas os itens I e III;
- c) Estão corretos apenas os itens II, III e IV;
- d) Estão corretos apenas os itens I, IV e V;
- e) Estão corretos apenas os itens I, III e V;

71. Acerca das medidas previstas na Lei nº 14.811/2024 para proteção de crianças e adolescentes em ambientes escolares e similares, assinale a alternativa correta:

- a) A elaboração de protocolos escolares para combate à violência contra crianças e adolescentes é de competência exclusiva da União, cabendo aos demais entes apenas a execução das diretrizes nacionais.
- b) As políticas públicas de prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes devem ser restritas às vítimas diretas dos atos, para evitar estigmatização social e dispersão de recursos públicos.
- c) As escolas públicas estão obrigadas a implementar protocolos de prevenção à violência, mas as escolas privadas são isentas dessa exigência, por não integrarem a rede pública de ensino.
- d) A Lei nº 14.811/2024 limita-se a prever a punição de crimes contra crianças e adolescentes, não dispondo sobre medidas preventivas nem sobre o papel da comunidade escolar.
- e) A Lei nº 14.811/2024 estabelece que o poder público local, em articulação com órgãos de segurança, saúde e com a comunidade escolar, deve desenvolver protocolos específicos de proteção contra todas as formas de violência previstas em normas anteriores.

72. A respeito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), assinale a alternativa correta:

- a) A PNAISP restringe-se ao atendimento de urgência e emergência no sistema penitenciário, sendo as demais ações de saúde de responsabilidade exclusiva dos órgãos da administração penitenciária.
- b) A atenção à saúde da população carcerária é executada de forma paralela ao SUS, por meio de um subsistema autônomo criado especificamente para os presídios.
- c) A PNAISP integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e tem como diretriz a garantia do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde da população prisional.
- d) A adesão dos entes federativos à PNAISP é obrigatória, sob pena de intervenção federal, por tratar-se de política de segurança nacional.
- e) A PNAISP prevê a construção de hospitais penitenciários federais como medida prioritária para garantir a atenção integral à saúde da pessoa privada de liberdade.

73. No que diz respeito às políticas públicas voltadas à reintegração social da população privada de liberdade, assinale a alternativa correta:

- a) A Política Nacional de Educação no Sistema Prisional assegura o acesso à educação básica e superior apenas aos presos provisórios, excluindo os condenados em regime fechado.
- b) A remição de pena pelo trabalho é limitada exclusivamente às atividades executadas em estabelecimentos industriais conveniados ao poder público, vedada em oficinas internas ou atividades agrícolas.
- c) A Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional orienta-se pela lógica de produtividade econômica, sendo desvinculada de qualquer propósito ressocializador ou de qualificação profissional.
- d) A Política Nacional de Educação no Sistema Prisional reconhece a educação como um direito de todos os custodiados, prevendo sua oferta em articulação com o sistema público de ensino e respeitando as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- e) O trabalho prisional é obrigatoriamente remunerado com o salário mínimo integral, independentemente de jornada ou natureza da atividade desenvolvida, por força do princípio da dignidade da pessoa humana.

74. Acerca das diretrizes da Política Nacional de Alternativas Penais e da Política Nacional de Monitoração Eletrônica de Pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas penais consistem em medidas punitivas aplicáveis exclusivamente após o trânsito em julgado da condenação, não se admitindo sua aplicação em fases anteriores do processo penal.
- b) A monitoração eletrônica tem como objetivo principal a repressão, sendo implementada de forma autônoma pelas forças de segurança pública, sem necessidade de decisão judicial.
- c) A Política Nacional de Alternativas Penais visa reduzir o encarceramento e ampliar o uso de

medidas como penas restritivas de direitos, suspensão condicional do processo e transação penal, em consonância com os princípios da proporcionalidade e da dignidade humana.

- d) A monitoração eletrônica substitui de forma automática a prisão preventiva em todos os casos, independentemente da gravidade do delito ou da existência de risco à ordem pública.
- e) Tanto a política de alternativas penais quanto a de monitoração eletrônica são restritas ao sistema prisional federal, não se aplicando às competências estaduais e distritais.

75. Com relação às políticas de prevenção e combate à tortura no ambiente prisional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei nº 9.455/1997, que define o crime de tortura, restringe sua aplicação aos agentes estatais e não admite a responsabilização de particulares que pratiquem atos de violência contra pessoas privadas de liberdade.
- b) A prevenção da tortura é competência exclusiva da Defensoria Pública, cabendo a ela, com exclusividade, visitar unidades prisionais e apurar denúncias de maus-tratos e violação de direitos.
- c) O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) é um órgão criado por lei federal, com a atribuição de realizar visitas regulares a unidades de privação de liberdade, de forma autônoma, para prevenir a prática de tortura.
- d) O Brasil não possui instrumentos de prevenção extrajudicial da tortura, limitando-se ao controle jurisdicional por meio de ações penais e habeas corpus.
- e) A atuação dos órgãos de controle externo sobre o sistema prisional, como o Ministério Público e os Conselhos Penitenciários, depende de autorização prévia do Poder Executivo estadual para ingresso em unidades de privação de liberdade.

76. Com base nas diretrizes que orientam as políticas públicas de reintegração social da população carcerária, assinale a alternativa correta:

- a) A reintegração social é uma etapa que só se inicia após o cumprimento integral da pena, não sendo cabível no curso da execução penal.
- b) A Lei de Execução Penal prevê a reintegração social como um dos seus objetivos, sendo viabilizada por meio da assistência material, à saúde e à segurança, excluindo, contudo, a assistência à educação e ao trabalho.
- c) As políticas de reintegração social têm como foco exclusivo a reabilitação psicológica do apenado, não abrangendo ações estruturantes como educação, trabalho e fortalecimento de vínculos familiares.
- d) A assistência ao egresso, como parte da política de reintegração social, deve ser prestada por até um ano após a saída do sistema prisional, conforme previsto na Lei de Execução Penal.
- e) A assistência ao egresso, por meio da concessão de alojamento e alimentação, deve ser prestada por até um ano após a saída do sistema prisional, conforme previsto na Lei de Execução Penal.

77. No que diz respeito à revisão externa das políticas de segurança pública no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A revisão externa das políticas de segurança pública deve ser exercida de forma democrática e participativa, com a atuação de órgãos de controle interno e externo, além da efetiva participação da sociedade civil, inclusive por meio dos conselhos de segurança pública.
- b) A função de controle externo das políticas de segurança pública é atribuída exclusivamente ao Congresso Nacional, por meio de suas comissões permanentes, não havendo previsão legal para a participação da sociedade civil.
- c) A participação de organismos internacionais nos debates sobre segurança pública no Brasil viola o

princípio da soberania nacional, sendo vedada pela Constituição Federal.

- d) Os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social, instituídos pela Lei nº 13.675/2018, têm caráter apenas consultivo e não podem ser compostos por representantes da sociedade civil.
- e) As políticas públicas de segurança não podem ser objeto de revisão por tribunais de contas ou pelo Ministério Público, uma vez que pertencem à esfera discricionária do Poder Executivo.

REGRAS DE NELSON MANDELA E REGRAS DE BANGKOK

Ricardo Torques

78. Segundo as regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Mandela) é correto afirmar que:

- a) Não se admite a separação de categorias de reclusos.
- b) As celas ou locais destinados ao descanso noturno devem ser ocupados por mais de um recluso.
- c) Todas as zonas de um estabelecimento prisional utilizadas regularmente pelos reclusos devem ser sempre mantidas e conservadas razoavelmente limpas.
- d) A prestação de serviços médicos aos reclusos é da responsabilidade do Estado
- e) A ordem e a disciplina devem ser mantidas com firmeza, impondo mais restrições do que as necessárias para a manutenção da segurança e da boa organização da vida comunitária.

EIXO TEMÁTICO 5**ACESSO À JUSTIÇA E PROTEÇÃO DA
INFÂNCIA EM AMBIENTES DIGITAIS,
MIGRAÇÕES E ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS E AO CONTRABANDO
DE MIGRANTES, DIREITO INTERNACIONAL
HUMANITÁRIO E COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL***Ricardo Torques*

79. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará, dentre outros requisitos, a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação. Na ausência de designação específica, exercerá as funções de autoridade central:

- a) O Ministério Público.
- b) O Ministério da Justiça.
- c) O Presidente da República.
- d) O Ministério da Defesa.
- e) O Ministério das Relações exteriores.

80. A Resolução nº 245/2025 do CONANDA dispõe sobre os direitos das crianças e adolescentes em ambiente digital. De acordo com a referida resolução, é correto afirmar que:

- a) Será recolhida apenas a quantidade mínima de dados pessoais para os fins de uso do serviço, cujo armazenamento deverá durar apenas o tempo necessário para a finalidade da coleta.
- b) As crianças, como regra, devem ter seu direito à informação no ambiente digital restringido.
- c) Os dados pessoais de crianças e adolescentes podem ser utilizados para fins comerciais.
- d) Os códigos de conduta das empresas de tecnologia podem incluir orientações de como reportar riscos e sugerir melhorias para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes
- e) A garantia e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes em ambiente digital é de responsabilidade exclusiva do poder público.

81. John, nacional dos Estados Unidos, chegou ao Brasil para uma estada de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional. Nesse caso, John é considerado:

- a) Refugiado.
- b) Imigrante.
- c) Emigrante
- d) Visitante.
- e) Apátrida.

**QUESTÕES BRASILEIRAS
CONTEMPORÂNEAS***Leandro Signori*

82. A concentração da renda e da riqueza é um fenômeno presente em muitos países, incluindo o Brasil, e está diretamente relacionada às desigualdades sociais. No contexto brasileiro, a concentração de renda é influenciada por diversos fatores, como políticas tributárias regressivas, falta de acesso à educação de qualidade e herança histórica de exclusão social. Essa concentração impacta negativamente não apenas a distribuição de recursos, mas também a dinâmica econômica do país, gerando um ciclo de pobreza e desigualdade difícil de ser quebrado. Uma das principais consequências da concentração de renda e riqueza no Brasil é:

- a) O fortalecimento do mercado interno, já que a parcela mais rica da população tende a investir em bens de luxo e produtos importados.
- b) A diminuição das disparidades sociais, pois a concentração de renda estimula a competição no mercado de trabalho, aumentando as oportunidades para todos.
- c) A perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que as oportunidades de ascensão social são limitadas para os mais pobres.
- d) A diminuição do consumo e a consequente estagnação econômica, pois a maior parte da população não possui renda suficiente para adquirir bens e serviços.
- e) A diminuição da competitividade internacional, uma vez que a desigualdade impacta negativamente na capacidade produtiva do país.

83. A história dos negros no Brasil é marcada por séculos de opressão, luta e resistência. Desde a chegada dos primeiros africanos escravizados ao país, os negros enfrentaram discriminação, violência e desigualdades sociais. No entanto, ao longo dos anos, diversas conquistas legais foram alcançadas, e a luta antirracista continua sendo uma pauta central na sociedade brasileira contemporânea. Com base nesse contexto, analise o seguinte cenário:

Uma organização não governamental (ONG) está realizando uma campanha de conscientização sobre o racismo estrutural no Brasil. Essa campanha visa a destacar as desigualdades raciais presentes em diversos aspectos da sociedade brasileira, desde o acesso à educação e ao mercado de trabalho até a representatividade política e midiática. Todavia, a campanha tem sido alvo de críticas e resistência por parte de grupos que negam a existência do racismo no país.

Considerando esse contexto, qual das seguintes alternativas melhor representa uma forma de resistência ao combate ao racismo estrutural no Brasil?

- a) A implementação de políticas públicas afirmativas, como cotas raciais e ações afirmativas, visando a promover a igualdade de oportunidades e a combater as desigualdades raciais.
- b) A redução do impacto do racismo, sustentando a ideia de que o Brasil é uma sociedade racialmente igualitária e que as desigualdades são resultado de mérito individual.
- c) A criminalização das manifestações culturais afro-brasileiras, restringindo a liberdade de expressão e o direito à identidade cultural dos negros.
- d) A adoção de políticas de segregação racial, buscando manter a separação entre negros e brancos em diferentes aspectos da vida social.
- e) A criminalização dos movimentos sociais e das organizações que lutam contra o racismo, reprimindo a liberdade de organização e manifestação desses grupos.

84. Durante séculos, as mulheres foram relegadas a um papel secundário na sociedade, enfrentando discriminação e exclusão social em diversas esferas da vida. O machismo estrutural permeia as relações sociais, econômicas e políticas, perpetuando desigualdades de gênero e limitando o pleno exercício dos direitos das mulheres.

Considerando os diversos aspectos da sociedade brasileira, assinale a alternativa que apresenta uma situação na qual se possa verificar um dos reflexos da desigualdade de gênero no cotidiano nacional:

- a) Na representação política proporcional nos governos, refletindo a inclusão de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão.
- b) Na predominância de mulheres em cargos de liderança e gestão, o que cria uma representatividade equitativa nos espaços de decisão.
- c) Na expectativa de vida, que é desigual entre homens e mulheres em decorrência de fatores sociais e biológicos.
- d) Na implementação de políticas de cotas em empresas, garantindo a ascensão profissional das mulheres de forma equitativa em relação aos homens.
- e) Na falta de políticas de igualdade salarial, onde mulheres enfrentam discriminação sistemática e recebem, em média, menos que homens pelo mesmo trabalho.

DIREITOS DIGITAIS*Antônio Daud*

85. A empresa "Conecta Rápido", provedora de conexão à internet, decidiu lançar um novo plano comercial no qual o acesso a determinados aplicativos de redes sociais e de música não seria descontado da franquia de dados do consumidor e teria velocidade prioritária. A associação de defesa de consumidores "Net Justa" ajuizou uma ação contra a prática, alegando violação a um princípio fundamental do Marco Civil da Internet. A prática da empresa "Conecta Rápido" viola o princípio da:

- a) Liberdade de expressão.
- b) Proteção da privacidade.
- c) Neutralidade de rede.
- d) Proteção dos dados pessoais.
- e) Responsabilização dos agentes.

86. Júlia sofreu grave acidente de trânsito e foi levada inconsciente ao hospital particular "Saúde Plena". Para realizar os procedimentos cirúrgicos de emergência, a equipe médica precisou coletar e tratar diversos dados pessoais e sensíveis de Júlia, como tipo sanguíneo, histórico de alergias e informações de seu plano de saúde, sem que ela pudesse fornecer seu consentimento. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a conduta do hospital foi:

- a) Ilícita, pois o tratamento de dados pessoais, especialmente os sensíveis, exige o consentimento livre, informado e inequívoco do titular, o que não ocorreu.
- b) Lícita, pois o tratamento de dados foi realizado para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais de saúde ou por entidades sanitárias.
- c) Ilícita, pois, na impossibilidade de consentimento do titular, o hospital deveria ter obtido autorização judicial para tratar os dados.
- d) Lícita, com base na hipótese de legítimo interesse do controlador, uma vez que o hospital tinha interesse em salvar a vida da paciente.

- e) Ilícita, pois o hospital deveria ter aguardado a chegada de um familiar ou responsável legal para obter o consentimento em nome de Júlia.

CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO*Renan Araujo*

87. A conduta de tentar depor, por meio de grave ameaça, o governo legitimamente constituído é considerada:

- a) crime de golpe de Estado (art. 359-M do CP), em sua forma consumada
- b) crime de golpe de Estado (art. 359-M do CP), com pena reduzida de um a dois terços pela tentativa
- c) crime de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do CP), em sua forma consumada
- d) crime de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L do CP), com pena reduzida de um a dois terços pela tentativa
- e) conduta atípica

88. Acerca do crime de espionagem (art. 359-K do CP), assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crime próprio, somente podendo ser praticado por funcionário público
- b) Trata-se de norma penal em branco
- c) Trata-se de crime de perigo concreto
- d) Não admite tentativa
- e) Quem presta auxílio a espião, conhecendo essa circunstância, para subtraí-lo à ação da autoridade pública, comete o referido crime em sua forma qualificada

COMBATE À CORRUPÇÃO: RECUPERAÇÃO DE ATIVOS; ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO (ENCCLA).*Giulian Salvador*

89. Sobre a relação entre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), analise as afirmativas abaixo:

- I. A Secretaria Executiva da ENCCLA é exercida pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão vinculado à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável por articular institucionalmente os participantes e dar suporte técnico e operacional às ações da Estratégia.
- II. A ENCCLA possui caráter impositivo e hierárquico, e suas decisões são obrigatoriamente executadas pelos órgãos participantes, inclusive pelo DRCI, independentemente de adesão voluntária.
- III. Embora integre o Ministério da Justiça, o DRCI atua exclusivamente como órgão de investigação penal, não tendo competência para coordenar políticas públicas preventivas no âmbito da ENCCLA.
- IV. A Polícia Federal, na condição de Autoridade Central em matéria de cooperação jurídica internacional, contribui para a efetividade das ações de recuperação de ativos ao articular mecanismos de recuperação de ativos e compartilhamento de informações com outros países.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

POLÍTICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS*Marco Túlio*

90. No que se refere aos direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição prevê que os índios terão reconhecida a posse das terras que ocuparem no momento da promulgação do texto constitucional, sendo a demarcação realizada mediante decreto legislativo.
- b) Os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam dependem de comprovação pericial sobre a produtividade econômica da área e da ocupação ininterrupta por no mínimo 50 anos.
- c) A organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas são reconhecidos pela Constituição, bem como seus direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas.
- d) Apenas a União é legitimada para representar judicialmente as comunidades indígenas, cabendo ao Ministério Público atuar como fiscal da lei nos processos em que forem parte.
- e) As terras indígenas são de posse das comunidades, mas podem ser transferidas, arrendadas ou utilizadas por terceiros mediante autorização da Funai e do Congresso Nacional.

Discursiva 1

O Setor de Planejamento de determinado órgão elaborou o seu plano estratégico junto a sua alta administração. Do ponto de vista administrativo, o plano foi bem elaborado, no entanto a estratégia não está sendo alcançada. A maioria dos servidores não tem conhecimento da missão, da visão de futuro, dos valores, nem sabe associar ao plano estratégico as atividades que executa no dia a dia do órgão. O mapa estratégico passou a ser um mero cartaz sem significado nas paredes do órgão.

Considerando que o princípio constitucional da eficiência vem ganhando cada vez mais destaque nos processos de gestão nos órgãos públicos brasileiros; e considerando ainda que, para o alcance da eficiência, é necessário que os órgãos revisem suas estruturas, sua forma de funcionamento e, sobretudo, disponham de um plano bem estruturado para executar adequadamente a estratégia e garantir a qualidade dos serviços prestados à população, redija um texto dissertativo a respeito do referido plano estratégico. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Discorra sobre planejamento estratégico e sua finalidade.
- b) Defina missão, visão e valores organizacionais.
- c) Explique o que são objetivos estratégicos.
- d) Aponte as possíveis falhas na execução da estratégia e as possíveis ações a serem adotadas para que a estratégia seja alcançada.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Discursiva 2

O ambiente digital, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação e à conectividade, também se tornou campo fértil para a expansão de crimes cibernéticos. No Brasil, o aumento do uso de tecnologias tem sido acompanhado por fraudes, golpes, ataques a dados sensíveis e pela disseminação de conteúdos violentos e abusivos.

Considerando que o fragmento acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo abordando:

1. As modalidades mais recorrentes de cibercrimes no Brasil e seus impactos sociais e econômicos;
2. As dificuldades enfrentadas pelo Estado no combate a crimes de ódio e crimes contra crianças e adolescentes praticados em plataformas digitais;
3. As medidas preventivas, legais e tecnológicas que podem ser adotadas por instituições públicas e privadas para mitigar os efeitos e a disseminação dos crimes cibernéticos.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
